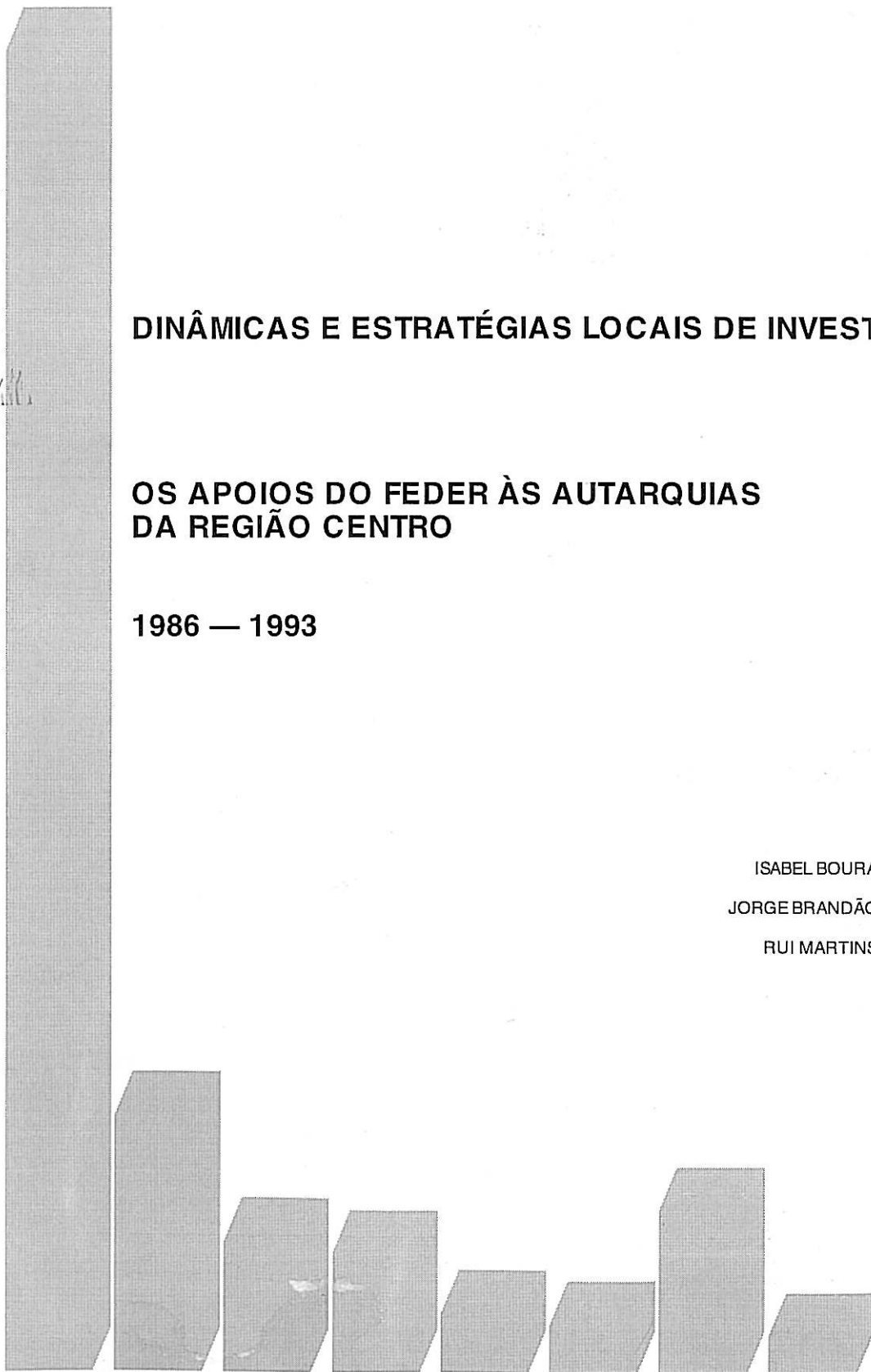


DINÂMICAS E ESTRATÉGIAS LOCAIS DE INVESTIMENTO

OS APOIOS DO FEDER ÀS AUTARQUIAS DA REGIÃO CENTRO

1986 — 1993

ISABEL BOURA
JORGE BRANDÃO
RUI MARTINS



ISBN 972-569-094-X
Dep. Legal 112 012/97

FICHA TÉCNICA

Título: DINÂMICAS E ESTRATÉGIAS LOCAIS DE INVESTIMENTO
OS APOIOS DO FEDER ÀS AUTARQUIAS DA REGIÃO CENTRO
1986 - 1993

Autores:
Isabel Boura; Jorge Brandão; Rui Martins

Offset: *Montagem* - Adelino Bandeira
Transporte - Henrique Taborda
Impressão - Henrique Taborda

Edição e Distribuição:

CCRC - COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO
Rua Bernardim Ribeiro, 80 3000 COIMBRA
Telefone: (039) 400198/9 Fax: (039) 701657

ÍNDICE GERAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO	5
I. ENQUADRAMENTO.....	7
II. AS AUTARQUIAS DA REGIÃO CENTRO E O FEDER: DINÂMICAS E ESTRATÉGIAS LOCAIS ...	17
2.1. DINÂMICA E INCIDÊNCIA DO INVESTIMENTO AUTÁRQUICO	21
2.2. ESTRATÉGIA SECTORIAL DO INVESTIMENTO AUTÁRQUICO.....	29
III. DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DO INVESTIMENTO AUTÁRQUICO	37
3.1. INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE	39
3.2. INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO BÁSICO.....	45
3.3. INFRAESTRUTURAS DE APOIO À ACTIVIDADE INDUSTRIAL E ECONÓMICA.....	51
3.4. INFRAESTRUTURAS DE APOIO AO TURISMO, CULTURA, DESPORTO E LAZER.....	57
3.5. INTERVENÇÕES DE RENOVAÇÃO URBANA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO....	63
3.6. INFRAESTRUTURAS DE EDUCAÇÃO.....	69
3.7. INTERVENÇÕES DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL ENERGÉTICO ENDÓGENO...	75
IV. O INVESTIMENTO AUTÁRQUICO NO QCA I.....	81
4.1. PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS.....	87
4.2. PROGRAMAS OPERACIONAIS SECTORIAIS	91
4.2.1. PROGRAMA ESPECÍFICO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA PORTUGUESA (PEDIP) SUBPROGRAMA 1.1 - INFRAESTRUTURAS DE BASE.....	93
4.2.2. PROGRAMA OPERACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS ACESSIBILI- DADES (PRODAC) MEDIDA 11 - ACESSIBILIDADES A NÍVEL REGIONAL....	97
4.2.3. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL (PRODEP).....	101
4.2.4. PROGRAMA OPERACIONAL DE INFRAESTRUTURAS TURÍSTICAS (PRODIATEC).....	105
4.3. INICIATIVAS COMUNITÁRIAS.....	109
4.3.1. ENVIREG.....	111
4.3.2. INTERREG I	115
4.3.3. VALOREN.....	119
ÍNDICES DE QUADROS E DE FIGURAS	123

NOTA DE APRESENTAÇÃO

A transparência e a disponibilidade de dados claros e objectivos sobre a execução das políticas públicas é uma condição essencial para conhecer e gerir os nossos espaços regionais e locais. É sobretudo assim nas fases em que ocorrem mutações importantes e em que se mobilizam recursos significativos.

A CCRC está, evidentemente, muito atenta à gestão e à execução do II QCA, ao acompanhamento em "tempo real" das realizações e à formação de uma capacidade prospectiva capaz de ajudar a tomar as decisões mais eficientes. Mas isso não impede que os objectivos correntes e futuros sejam acompanhados por objectivos de consolidação de conhecimento sobre o passado recente. Para que isto aconteça é necessário caminhar por pequenos passos, pois é mais difícil do que parece reunir a informação com a qual se ganhe uma ideia desagregada sobre os processos concretos. O trabalho que aqui se apresenta concentra-se em apenas dois elementos do conjunto das formas de aplicação dos fundos estruturais na Região Centro no período entre 1986 e 1993: na aplicação do FEDER e na aplicação exercida pelas autarquias. Foram, portanto, mais vastos do que o que aqui se analisa os impactos da integração europeia na região – ficam de fora os investimentos não realizados pelas autarquias e, naqueles que estas promoveram, os financiamentos não-FEDER. Mas é deste modo que se obtém uma imagem fina e pormenorizada, tão indispensável para o planeamento como as imagens globais.

Todos conhecemos o papel desempenhado na aplicação do FEDER pelas autarquias locais – sabe-se isso particularmente bem numa Comissão de Coordenação. Não é nada desadequado dizer que esse papel é essencial para estabelecer equilíbrios regionais mais justos – quero chamar a atenção para o facto de entre 1986 e 1993 o peso do investimento autárquico FEDER na Região Centro no total nacional (22%) ser superior ao peso da região no investimento FEDER considerado, independentemente de quem o realiza. Quer isto dizer que foi o investimento FEDER não-autárquico que se revelou menos "generoso" para com a Região Centro.

Sabe-se também que o investimento de que se trata neste trabalho corresponde a uma determinada fase da actuação autárquica, onde esteve em causa garantir infra-estruturas e equipamentos. Mas este período permite já detectar uma crescente diversificação desses objectivos, fazendo entrar a cultura, o lazer e a promoção das actividades económicas.

São, evidentemente, várias as possibilidades de análise que esta informação proporciona. São também muitas as questões que ficam em aberto: as questões da relação litoral-interior e da solidariedade espacial intra-regional; a relação dos fundos estruturais como o Fundo de Equilíbrio Financeiro, etc..

Deixo com os actores regionais esta informação, convido-os a analisá-la e sublinho a importância que lhe atribuímos na CCRC, tendo em vista o papel que o conhecimento dos resultados alcançados até agora desempenha para perspectivar o futuro. Na Direcção Regional de Planeamento e do Desenvolvimento atribui-se crescente importância à identificação das dinâmicas do desenvolvimento regional. Este trabalho insere-se nestes objectivos e contribui para a concretização do plano de actividades estabelecido. Em termos gerais, está em causa pensar-se inovadoramente o sistema urbano, entender como se estão a estruturar as nossas cidades, compreender as evoluções do emprego e da capacidade produtiva. É necessário repensar e requalificar o desenvolvimento regional em Portugal, num momento em que interessa também reforçar os princípios da Coesão Social na Europa, agora que está na agenda a reforma dos fundos estruturais e um novo quadro comunitário de apoio para o início do século XXI. É neste contexto que a CCRC se empenha em consolidar as suas capacidades técnicas para, em articulação com os actores regionais, poder contribuir adequadamente para a formulação de um Plano de Desenvolvimento Regional do país mais participado, mais inovador e mais qualificante da nossa vida colectiva.

Coimbra, Maio de 1997



Prof. Doutor JOSÉ JOAQUIM DINIS REIS
Presidente da CCRC

111

|

ENQUADRAMENTO

As orientações traçadas para a Política Regional Comunitária e a consequente adaptação do seu instrumento financeiro, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, têm sido, desde 1973, influenciadas pelas transformações económicas, sociais, culturais e políticas decorrentes dos sucessivos alargamentos e do impacto das diferentes políticas comunitárias. Tendo em conta que se começam a perspectivar novas orientações que enquadrem a Coesão Económica e Social e a possibilidade de alargamento da União Europeia a Leste, deverá emergir um novo ciclo de políticas estruturais comunitárias, que será determinante na redefinição dos apoios financeiros, para Portugal, depois de 1999. Neste contexto e no momento em que já se entrou no segundo triénio do II Quadro Comunitário de Apoio (1994–1999) – QCA II, apresenta-se pertinente, antes de mais, fazer um balanço de oito anos de intervenção, na Região Centro, do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Sendo aquele objectivo ambicioso, na sua dimensão total, pretende-se com a presente publicação divulgar alguns resultados parcelares dum trabalho mais amplo, em curso nesta Comissão de Coordenação Regional. Assim, nesta fase, os resultados apresentados reportam-se apenas aos projectos implementados pelas Autarquias Locais financiados pelo FEDER, no período que decorreu desde a Adesão (1986) até ao fim do I Quadro Comunitário de Apoio (1993), em que é bem testemunhado o papel relevante do Poder Local na promoção de infraestruturas e equipamentos.

Os apuramentos apresentados resultam do tratamento da informação relativa ao investimento efectivamente realizado, entre 1986-1989 e 1989-1993, de acordo com as orientações definidas pelos Regulamentos em vigor.

Para o primeiro período em análise (1986-1989), à semelhança do panorama nacional, o grande esforço financeiro dos Municípios da Região, orientou-se para a superação das principais carências em infraestruturas básicas. Enquadrados pelo Reg. FEDER (CEE) nº 1787/84, os apoios deste fundo eram disponibilizados para projectos individuais de infraestruturas cujo calendário de execução se prolongou, nalguns casos, até ao final de 1994. Tratava-se, no entanto, de créditos aprovados na vigência do referido Regulamento, pelo que foram considerados no quadro temporal respectivo. Ainda no âmbito daquele Regulamento e ao abrigo do Artº 7 foi instituído o Programa de Iniciativa Comunitária de Valorização do Potencial Energético Endógeno (Valoren), Reg. (CEE) nº 3301/87, que teve incidência nas regiões portuguesas, a partir de 1987.

A reforma dos Fundos Estruturais, ocorrida em 1988, na sequência da aprovação do Acto Único Europeu e norteadada por preocupações de racionalização das intervenções e reforço da sua eficácia e coordenação, atribuiu ao FEDER um papel mais destacado na “correção dos principais desequilíbrios regionais na Comunidade através duma participação no ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas...” (Artº 130 - C). O novo Reg. FEDER (CEE) nº 2054/88 instituiu quadros de elegibilidade espacial e sectorial mais amplos que, associados aos novos enquadramentos previstos no “pacote Delors”, nomeadamente a duplicação das afectações financeiras para os países da Coesão, permitiram preparar um Quadro Comunitário de Apoio (1989-1993), para Portugal, que preconizasse dois grandes objectivos: “a convergência real entre as economias portuguesa e comunitária (....) e a promoção económica e social no plano interno, ou seja, redução das actuais assimetrias regionais de desenvolvimento no interior do território nacional”.¹

A preferência atribuída a intervenções no quadro de programas, contemplando a participação de vários fundos e agentes, em substituição de projectos isolados foi, em termos formais, uma inovação significativa relativamente à experiência do período anterior. Esta alteração fica bem patente no decorrer deste trabalho em que, após uma aproximação global e comparada (número de projectos, valores de investimento e outros indicadores utilizados) para cada um dos períodos referidos, é feita uma análise mais fina do QCA I contemplando os Programas Operacionais Regionais e os Programas Operacionais Nacionais ou Multiregionais (de abordagem sectorial) a que as Autarquias Locais podiam aceder. É também considerado o investimento autárquico financiado ao abrigo de Iniciativas Comunitárias que vigoraram entre 1989 e 1993.

Na Região Centro foram promovidos três programas (Centro, Pinhal Interior e Raia Central) dos dezassete Programas Operacionais Regionais do Continente enquadrados no Eixo 6 do QCA I (Desenvolvimento das potencialidades de crescimento das regiões e desenvolvimento local). Embora no âmbito daqueles Programas estivessem contempladas acções da responsabilidade da Administração Central, a abordagem efectuada considerou apenas o investimento realizado pela Administração Local. O apuramento feito, contemplou também as intervenções ao abrigo dos Programas Operacionais Nacionais ou Multiregionais (Pedip, Prodac, Prodep, Prodiatec) e das Iniciativas Comunitárias (Envireg, Interreg e Valoren).

¹ Romeu Reis (1996) — Os fundos estruturais em Portugal. Impactes no desenvolvimento e no território. in César Oliveira (dir.) — História dos Municípios e do Poder Local, Circulo de Leitores.

Os valores apresentados resultam do tratamento da informação publicada ou disponibilizada pela Direcção Geral de Desenvolvimento Regional, complementada pelos registos de realização (despesa executada) apurados na CCRC e na DGDR. A operacionalização daqueles valores, sempre apresentados em milhares de escudos, implicou arredondamentos frequentes que, em alguns casos, originam pequenos desvios nos apuramentos totais.

Dinâmica e Incidência do Investimento Autárquico

A distribuição dos apoios FEDER por entidade beneficiária, no período pós-adesão (1986-89) mostra bem a importância conferida às Autarquias (25%) na realização de projectos com impacto no processo de desenvolvimento, embora a Administração Central (33%) e as Empresas Públicas (28%) apresentem, naturalmente, pesos relativos com maior expressão. Já no que se refere à fase de vigência do QCA I, o montante atribuído a projectos da responsabilidade das Autarquias Locais foi cerca de 22% do total.

A análise da distribuição regional do investimento total apoiado pelo FEDER (1986-1993), com referência às realizações até 1994 (Reis, 1996), permite avaliar a posição relativa de cada região no contexto nacional: as Regiões de Lisboa e Vale do Tejo (32,2%) e Norte (27,0%) que absorveram 59,2% daquele investimento, destacando-se, relativamente às restantes, o Centro com 22,7% do total concretizado.

**Investimento Total realizado nas Regiões do Continente
com o apoio FEDER (%)**

	1986-1989	1989-1993	1986-1993	População
Norte	34,5	25,1	27,1	37,1
Centro	21,6	23,1	22,8	18,4
Lisboa Vale Tejo	11,7	38,4	32,3	35,1
Alentejo	24,0	7,6	11,4	5,8
Algarve	8,2	5,8	6,4	3,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Reis, 1996

Ao ter em conta cada um dos períodos a que se reportam aqueles valores (1986-89 e 1989-93), verifica-se que é Lisboa e Vale do Tejo, a região que maior acréscimo de investimento regista com a implementação do QCA I; à excepção da Região Centro, que melhora ligeiramente o seu grau de representatividade, as restantes regiões perdem importância relativa.

Se no caso de Lisboa e Vale do Tejo a evolução verificada se prende com o reforço de infraestruturas de carácter estruturante da Administração Central, com opções estratégicas em termos de incentivos a empresas e com um acréscimo significativo das dotações destinadas às autarquias locais, no caso da Região Centro parecem ser os investimentos da Administração Central e os incentivos às empresas os factores determinantes da performance referida, já que a dotação destinada aos municípios perde representatividade.

**Investimento Autárquico realizado nas Regiões do Continente
com o apoio FEDER (%)**

	1986-1989	1989-1993	1986-1993
Norte	31,8	34,4	33,8
Centro	27,0	20,1	21,7
Lisboa Vale Tejo	21,8	29,8	27,9
Alentejo	11,9	9,4	10,0
Algarve	7,5	6,3	6,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: Reis, 1996

Os 1 730 projectos implementados pelas autarquias da Região Centro representaram um investimento total realizado de 89,3 milhões de contos, dos quais 35,5% se reportam ao primeiro período (1986-89) e os restantes 64,4% dizem respeito ao período de vigência do QCA I (1989-93). Da análise comparada daquelas duas fases importa ressaltar dois factos principais: o acréscimo significativo (68,5%) da dimensão média dos projectos, conferindo maior significado ao tipo de intervenções promovidas, e a quase duplicação do investimento realizado por habitante. O comportamento destes dois indicadores é particularmente positivo no Interior, onde se observou a duplicação de investimentos e a redução do número de intervenções, evidenciando uma efectiva concentração de recursos.

A distribuição espacial do investimento realizado ao abrigo do QCA I revela um maior equilíbrio entre o Litoral e o Interior, na utilização dos apoios FEDER, a par de um nítido reforço de intervenções nos concelhos com posição de destaque no sistema urbano regional.

A evolução quantitativa, de 1986-89 para 1989-93, e os reflexos espaciais apresentados, decorrem significativamente das oportunidades aproveitadas pelas autarquias, no que respeitou ao acesso a Programas Operacionais Nacionais ou Multiregionais e a Iniciativas

Comunitárias, naquele segundo período. De facto, aqueles Programas, face ao carácter concorrencial que estabeleceram entre as várias regiões do Continente, contribuíram com um acréscimo de investimento, na Região Centro, que se cifrou em 22 milhões de contos; este valor foi determinante para a *performance* global da Região e revela uma dinâmica de procura particularmente forte nos concelhos do Interior. Cobrindo áreas tão diversificadas como acessibilidades, apoio à actividade industrial, infraestruturas de apoio ao turismo, infraestruturas de ensino, ambiente e recursos energéticos, tornaram-se instrumentos preciosos para complementar as intervenções dos Programas Operacionais Regionais que, cobrindo domínios semelhantes, tiveram recursos financeiros, relativamente limitados (35,7 milhões de contos).

Estratégia Sectorial do Investimento Autárquico

O quadro de elegibilidade sectorial definido no âmbito dos Regulamentos em vigor, em cada uma das fases consideradas, condicionou as estratégias de actuação autárquica permitindo, no entanto, superar as debilidades existentes ao nível das infraestruturas básicas e, numa segunda fase, dos equipamentos. A comprová-lo refira-se os 90,7% de investimento canalizado para projectos de saneamento básico e transportes entre 1986 e 1989, enquanto as infraestruturas ligadas à actividade económica (indústria e turismo) absorveram apenas 6,3% do total.

A diferenciação territorial das opções implementadas tem a ver com os diferentes graus de cobertura infraestrutural e com as dinâmicas instaladas em termos demográficos e económicos. O Litoral, mais populoso e de maior dinamismo sócio-económico, cujo povoamento e processos de urbanização apresentam um padrão mais difuso, concentrou os recursos disponíveis na implementação ou ampliação das redes de saneamento básico, que absorveram 73,7% do investimento realizado; as NUT do Baixo Vouga e Pinhal Litoral, áreas de maior concentração urbano-industrial, dirigiram mais de dois terços do investimento para projectos de saneamento básico. Embora aquele sector tenha, também, um significado expressivo nas NUT do Interior (53,3%), as debilidades da rede de estradas existentes e o encravamento territorial de alguns concelhos explica a parcela de investimento aplicado na melhoria das acessibilidades (36%). Esta atitude está bem patente no Pinhal Interior Norte e Sul e no Dão Lafões, NUT em que as dificuldades de articulação inter e intraregional, estimularam as autarquias no sentido de resolver, localmente, carências graves de acessibilidade, privilegiando as ligações intra e interconcelhias.

Os restantes sectores, apoio à actividade industrial e turística e energia, assumem uma representatividade residual no investimento autárquico, sendo a sua distribuição espacial relativamente indistinta, o que não permite identificar alguma tendência relevante.

A grande alteração na distribuição sectorial do investimento financiado no âmbito do QCA I é estimulada pelo alargamento dos quadros de elegibilidade, que o Regulamento de 1988 permitiu, dando lugar a uma maior diversificação e à inversão da posição relativa dos principais sectores: transportes (34,1%) e saneamento básico (22,2%). Embora representem, ainda, mais de metade do investimento total, aqueles sectores perdem expressão regional e subregional, começando a desenhar-se novas opções de investimento, em particular, no Interior. Os quantitativos demográficos e o padrão de ocupação territorial, mais concentrado, daquela subregião, possibilitou a resolução de boa parte da infraestruturação básica na primeira fase de intervenção FEDER, permitindo que, nesta segunda fase, as autarquias orientassem os investimentos para a área dos equipamentos. Assim, sectores como a cultura, desporto e lazer (18,1%) e a actividade industrial (15%), denotam a preocupação do poder local, em proporcionar níveis de cobertura capazes de traduzir a qualificação do quadro de vida local e de criar condições mais favoráveis à dinamização do tecido empresarial.

Embora de significado mais ténue, tendo em conta os quantitativos demográficos, aquele tipo de equipamentos têm também representação (11,9% e 11,3%) no investimento realizado no Litoral; aqui, o sector mais expressivo é o dos transportes (32,2%), cujos projectos implementados se ligam essencialmente à qualificação dos acessos e da circulação em alguns dos principais aglomerados urbanos.

Surgem pela primeira vez investimentos ligados à renovação urbana e qualificação do património, bem como iniciativas no sector da educação, o que evidencia a opção equipar e qualificar, depois do esforço significativo de infraestruturação, ocorrido na fase anterior.

As Intervenções do QCA e as Iniciativas Comunitárias

As novas opções assumidas pelas Autarquias Locais, na promoção do desenvolvimento sócio-económico, foram financeiramente viáveis face à intervenção, conjunta, dos Programas Operacionais de base regional, nacional e multiregional (sectoriais) e das Iniciativas Comunitárias. As duas iniciativas que implicavam selectividade territorial (Envireg e Interreg) tiveram um papel complementar, em termos espaciais, já que no primeiro caso incidiu, apenas, na resolução de problemas de índole ambiental, no Litoral, e no segundo caso

contemplou o reforço de infraestruturas e equipamentos nas NUT de fronteira, no Interior. Os valores apurados expressam a importância daquela Iniciativa Comunitária no contexto da Região (7,6%), percentagem que assume significado relevante dado o número relativamente restrito de municípios (13) beneficiários do Interreg, iniciativa destinada à promoção das áreas deprimidas de fronteira.

Os Programas Regionais cofinanciaram 62,2% das realizações concretizadas, suportando a parcela mais significativa do investimento em saneamento básico, transportes e equipamentos culturais, desportivos e de lazer.

Do conjunto das restantes intervenções, assumem particular significado financeiro, as de maior especialização sectorial, Pedip, Prodac e Prodep, uma vez que contribuíram para uma forte alteração qualitativa das infraestruturas industriais, da rede de estradas desclassificadas pelo Plano Rodoviário Nacional de 1985, e do parque escolar da Região.

Menos relevante, em termos de volume de investimento, foi o apoio concedido, pelo Prodiatec, à valorização das potencialidades turísticas de alguns concelhos, já que os apoios foram concentrados quase exclusivamente nos centros termais.

Investimento Autárquico e Distribuição do FEF na Região Centro

NUT III	População		FEF		Investimento		Invest. / FEF
	1991	1986-1989		1986-1993			
	%	Contos	%	Contos	%	%	
Baixo Vouga	20,4	37 246 270	16,5	15 891 281	17,9	42,7	
Baixo Mondego	19,1	30 507 406	13,5	10 078 502	11,2	33,0	
Pinhal Litoral	13,0	21 867 424	9,7	8 149 884	9,1	37,3	
Pinhal Interior Norte	8,1	26 332 831	11,7	9 639 347	10,8	36,6	
Pinhal Interior Sul	3,0	11 532 519	5,1	5 470 620	6,1	47,4	
Dão Lafões	16,4	38 677 828	17,2	14 282 041	16,0	41,2	
Serra da Estrela	3,1	8 157 100	3,6	1 878 295	2,1	23,0	
Beira Interior Norte	6,9	25 770 112	11,4	9 727 838	10,9	37,7	
Beira Interior Sul	4,7	14 301 158	6,3	9 353 941	10,5	65,4	
Cova da Beira	5,4	11 160 556	5,0	4 831 835	5,4	43,3	
Região Centro	100,0	225 553 234	100,0	89 303 586	100,0	39,6	

O esforço financeiro desenvolvido pelas Autarquias Locais, nos oito anos analisados, representou cerca de 21,5% do investimento total financiado pelo FEDER na Região.

O significado daqueles montantes pode ser aferido pela representação que assumem (39,6%), no total das transferências financeiras efectuadas para os municípios, no período considerado, ao abrigo do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

O balanço que foi possível fazer e a continuidade de realizações que o QCA II tem proporcionado, contribuem para uma forte alteração da Região, no que respeita às redes de infraestruturas e equipamentos. O contributo da Administração Central e outras entidades, para a promoção de iniciativas estruturantes do desenvolvimento, que não foi ainda analisado, será decerto determinante para potenciar o esforço dos municípios, conferindo maior articulação e coerência às iniciativas dos diferentes níveis de actuação.

11. Importa pois reflectir, em termos futuros, sobre outros domínios estratégicos de intervenção, onde ainda subsistem carências, no sentido de garantir a continuidade de apoios dos Fundos Estruturais.

A competitividade da Região, no próximo século, dependerá da identificação e posterior realização de intervenções estruturantes em áreas tão estratégicas como a Investigação, Ensino, Formação, Ambiente e Acessibilidades. Também o envolvimento de outros níveis da Administração, bem como o de outros agentes regionais, será determinante para superar os desafios que se vão colocar no contexto Europeu, mais alargado, competitivo e exigente.